

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO

CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

**MARIA EDILANIA SANTOS DO NASCIMENTO**

**NO BECO O SUSTENTO, NO CORPO A DOR, NA ALMA OS CORTES DO  
OFÍCIO: uma reflexão acerca da violência contra travestis em situação de  
prostituição na cidade de Juazeiro do Norte-CE.**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2018

MARIA EDILANIA SANTOS DO NASCIMENTO

**NO BECO O SUSTENTO, NO CORPO A DOR, NA ALMA OS CORTES DO  
OFÍCIO: uma reflexão acerca da violência contra travestis em situação de  
prostituição na cidade de Juazeiro do Norte-CE.**

Trabalho de Monografia apresentado ao  
Curso de Serviço Social da Universidade  
Doutor Leão Sampaio UNILEÃO, como  
requisito para obtenção do título de  
Bacharelado em Serviço Social.

Orientador: Prof. Esp. Pedro Adjedan  
David de Sousa.

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2018

**MARIA EDILANIA SANTOS DO NASCIMENTO**

**NO BECO O SUSTENTO, NO CORPO A DOR, NA ALMA OS CORTES DO  
OFÍCIO: uma reflexão acerca da violência contra travestis em situação de  
prostituição na cidade de Juazeiro do Norte-CE**

Trabalho de Monografia apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade  
Doutor Leão Sampaio UNILEÃO, como requisito para obtenção do título de  
Bacharelado em Serviço Social. Orientador

**APROVADA EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

**JUAZEIRO, DEZEMBRO DE 2018**

Dedico este trabalho a toda comunidade LGBTT como reconhecimento de sua luta pela vida e pela liberdade de todas as pessoas trans.

## **AGRADECIMENTOS**

Com a finalização deste trabalho encerra-se um ciclo em minha que se fez com muito esforço e dedicação vencendo as barreiras postas em minha história. E para isso, contei com pessoas importantes para a concretização desta vitória que agradeço profundamente: primeiramente a Deus, por me proporcionar saúde e alegria de viver, por me fazer acreditar que sou digna e capaz de alcançar vitórias.

Agradeço aos meus pais Maria Luci Santos do Nascimento e Antônio Alves pela educação que me proporcionaram e pelo enorme apoio até hoje para a concretização desta vitória.

Agradeço ao meu noivo Ermisson Bruno Luna Barros por estar sempre junto nas dificuldades e me ajudar a superá-las sempre em tons de alegria

Agradeço ao professor o Pedro Adjedan por contribuir profundamente para a finalização deste trabalho com atenção e muita dedicação.

Agradeço a todos os meus colegas que no decorrer do curso os laços de cordialidades foram muito importantes no decorrer do curso de graduação.

Agradeço também a UNILEÃO pelo compromisso em oferecer um curso de qualidade para todos que pretendem seguir a profissão de Assistente Social.

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Marilda Iamamoto

## RESUMO

Este trabalho abordará uma discussão sobre as condições sociais em que as travestis ocupam na sociedade, visto que já de antemão, estas sofrem uma intensa exclusão social por vários fatores. Esta tem como elemento caracterizador a violência social que se intensifica em contexto de prostituição ao vermos os alarmantes casos de assassinatos deste segmento social. Considerando esta realidade, este trabalho visa estudar a situação de marginalidade das travestis em situação de prostituição que sofrem violência na cidade de Juazeiro do Norte- CE, observando a singularidade de suas trajetórias histórico-sociais. Para tal, este trabalho se desenvolveu por meio de uma pesquisa qualitativa/quantitativa utilizando da técnica de Pesquisa de Campo, nos espaços em que há atividade de prostituição das travestis, mais especificamente no bairro Triângulo. Para a coleta de dados foi utilizada entrevistas semiestruturadas com travestis que se prostituem e com outras que não mais fazem esta atividade. Como resultado, decorrente do processo de marginalização que as travestis sofrem, a prostituição não surge como uma escolha, mas que ao mesmo tempo, isto se faz ambivalente, além de desejarem ocupar espaços formais de trabalho. Podemos ver que uma das principais causas da marginalização deste segmento se dá pela condição de invisibilidade que o Estado as coloca e pela cultura da heteronormatividade, sendo assim sujeitos subversivos frente a tal modelo. Podemos concluir que no Brasil não há políticas evidentes voltadas para as travestis considerando o problema que há em torno de suas vidas, bem como não há pesquisas que se destine a conhecer a situação de marginalidade das travestis o que impossibilita a criação de Políticas Públicas para as travestis. Esta pesquisa contribuirá para uma maior visibilidade das travestis ao evidenciar tal problemática, além de colocar em pauta velhos modelos paradigmáticos que inserem as travestis em situação de marginalização de forma naturalizada.

**PALAVRAS-CHAVES:** Travesti. Prostituição. Violência. Processos de marginalização.

## **ABSTRACT**

This paper will address a discussion about the social conditions in which women in society occupy the social class, since they already suffer from intense social exclusion due to several factors. This has as characterizing element the social violence that intensifies in the context of prostitution when we see the alarming cases of murders of this social segment. Considering this reality, this study aims to study the situation of marginality of transvestites in prostitution who suffer violence in the city of Juazeiro do Norte, observing the uniqueness of their historical and social trajectories. For this, this work was developed through a qualitative / quantitative research using the field research technique, in spaces where there is prostitution activity of transvestites, more specifically in Triangulo neighborhood. For data collection, we used semi-structured interviews with transvestites who prostitute themselves and with others who no longer do this activity. As a result, prostitution does not arise as a choice because of the process of marginalization that transvestites suffer, but at the same time it becomes ambivalent, in addition to wanting to occupy formal spaces of work. We can see that one of the main causes of the marginalization of this segment is due to the condition of invisibility that the State places and the culture of heteronormativity, being thus subversive subjects in front of such model. We can conclude that in Brazil there are no evident policies directed towards transvestites considering the problem that exists around their lives, as well as there is no research that aims to know the situation of transvestites' marginality, which makes it impossible to create Public Policies for transvestites. This research contributed to a greater visibility of the transvestites in evidencing such problematic, besides putting in question old paradigmatic models that insert the transvestites in situation of marginalization of naturalized form.

**KEY- WORDS:** Transvestite. Prostitution. Violence. Processes of marginalization.

### **LISTA DE SIGLAS:**

AADECHO: Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais.

ABGLTT: Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis.

ANTRA: Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

COC: Center for Culture and Recreation.

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social.

CREAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

GALOSC: Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri.

LGBTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.

ONG`s: Organização Não Governamental.

PNAS: Política Nacional de Assistência Social.

SUAS: Sistema Único de Assistência Social.

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                  |    |
|----------------------------------|----|
| Figura 01: Violência Muriel..... | 41 |
|----------------------------------|----|

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                       |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                                     | <b>11</b> |
| <b>I CAPÍTULO: HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTT: UMA LUTA PELA VISIBILIDADE.</b>                                                           | <b>13</b> |
| 1.1: O movimento LGBT no espaço Caririense                                                                                            | 21        |
| 1.2: Dados e características da violência contra travestis                                                                            | 24        |
| <b>II CAPÍTULO : GÊNERO, IDENTIDADES E PERFORMANCES: PLURALIDADES DOS CORPOS.</b>                                                     | <b>27</b> |
| 2.1: A construção do corpo de uma travesti e suas representações sociais                                                              | 32        |
| <b>III CAPÍTULO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA LGBTT NO CARIRI: HISTÓRIAS, MEMÓRIA E DISCURSOS DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO.</b> | <b>36</b> |
| 3.1: Das perdas ao encontro com a prostituição: marcadores de acentuação da violência contra travestis.                               | 37        |
| 3.2: Marcas da violência em contexto de prostituição                                                                                  | 41        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                                                                                           | <b>49</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                                    | <b>52</b> |
| <b>ANEXOS</b>                                                                                                                         | <b>56</b> |

## INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende uma das pesquisas que envolvem fatores relacionados à sexualidade humana, ao modo que os indivíduos retratam esta na sua história frente às normas sociais e relações de poderes, onde se insere aqui as relações da heteronormatividade e o machismo, entranhadas em outros aspectos da vida social como a política e a religião, que por vez já não são tão díspares como o sonho da laicização do Estado. Neste cenário, o trato da sexualidade, corpo e gênero não abrange apenas a individualidade, mas interpretações antropológicas, sociológicas e políticas.

Um dos segmentos sociais que estão fortemente ligadas a este cenário é a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e transexuais (LGBTT), que sofrem em seu cotidiano o preconceito. Este trabalho vem então estudar a situação de marginalidade das travestis em situação de prostituição que sofrem violência na cidade de Juazeiro do Norte, observando a singularidade de suas trajetórias histórico-sociais. Isto será viabilizado por meio de três objetivos sendo primeiro, compreender as condições socioeconômicas e históricas das travestis em situação de prostituição; segundo, analisar como a situação de marginalidade e a prostituição se entrecruzam na vida de uma travesti; terceiro, analisar como as políticas sociais trabalham na defesa das travestis.

A justificativa deste trabalho perpassa por uma experiência pessoal na qual me deixou reflexiva ao ver as travestis em seus espaços de trabalho. Ao passar frequentemente no bairro Triângulo, as travestis já parecia pertencer aquela paisagem urbana de forma naturalizada e até mesmo inerente a elas, pois falar sobre travestis já era o suficiente para associá-la a prostituição. No entanto, esta realidade passou a ser estranhada quando percebi as travestis como um sujeito histórico em que por traz do seu corpo transformado havia uma história que precisaria ser lida como uma forma de compreendê-la como um sujeito de direito que para muitas pessoas são invisíveis e dessa forma passa a ser invisível também toda a sua condição de marginalização como: violência, baixa escolarização, exclusão no mercado de trabalho, falta de acesso aos equipamentos de saúde.

Tendo em vista este ensejo, o trabalho procura ser realizado por meio de uma pesquisa qualitativa/quantitativa em uma Pesquisa de Campo, utilizando-se das técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas são semiestruturadas por considerar a mesma como mais capacitada para atender aos objetivos propostos. Além disto, o trabalho se voltará para hipóteses como: Podemos afirmar que a mídia brasileira reafirma a violência contra este segmento social frente à abordagem que lhes são conferidas socialmente? Podemos considerar que a luta por políticas voltadas para a sexualidade ainda encontra barreiras no Estado laico para o avanço de direitos sociais das travestis? De que forma a prostituição adquire sentido para as travestis? Este sentido pode ganhar significados diferentes considerando as características socioeconômicas das mesmas?

O trabalho se desenvolverá num decorrer de três capítulos onde o primeiro abordará o movimento LGBTT em seu percurso histórico, bem como as relações de poderes engendradas nesta luta, e a história da luta LGBTT no Cariri. O segundo se voltará em uma abordagem conceitual sobre gênero, visando um entendimento de desconstrução desta categoria como base para um conhecimento distante de estereótipos e determinismo que ainda se vê na literatura sobre gênero. O terceiro capítulo estará objetivado a compreender de que forma a prostituição vai tomando espaço na vida das travestis, compreendendo os significados desta atividade. Frente a isto, será trabalhado as histórias de vida das travestis e a violência evidenciada nos espaços de prostituição como uma condição em que o próprio espaço já reforça a condição de marginalidade.

## **I CAPÍTULO: HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBTT: UMA LUTA PELA VISIBILIDADE.**

Ser *trans* é fazer da vida uma luta constante com paradigmas sociais conservadores e até mesmo com o seu corpo enquanto expressão de sua identidade de gênero. Identificar-se numa categoria de gênero parece-nos como uma exigência de nós mesmos e da sociedade, onde reafirmá-la publicamente é acrescida de certa coerção social nos espaços privados e públicos. Porém, o homem vive a sua sexualidade para além de “escolha”, “essência”<sup>1</sup> ou qualquer outra teoria simplória e determinista que venha a querer explicar a identidade de gênero.

A trajetória das minorias sexuais e de gênero é marcada por lutas que sempre estiveram engendradas por forças contraditórias que persiste e que exclui os indivíduos que estão fora das normas sociais. Uma das maiores lutas e resistências que representam esta luta, são os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT) sendo este, mecanismo propulsor de seus anseios diante de paradigmas sociais tão conservadores capazes de expor os indivíduos a rotinas de violência.

A história da luta do movimento LGBTT é a história de conquista dos direitos humanos, direitos estes que sempre estiveram muito atrás dos indivíduos de uma sociedade. De antemão, devemos construir uma compreensão da concepção de direito na era moderna. Para Bobbio com a concepção de direito individualista nasce a era moderna onde é inerente ao homem. Em suas palavras ele diz:

Concepção individualista significa que primeiro vem o indivíduo (o indivíduo singular, deve-se observar), que tem valor em si mesmo, e depois vem o Estado, e não vice-versa, já que o Estado é feito pelo indivíduo e este não é feito pelo Estado[...] Em relação aos indivíduos, doravante, primeiro vêm os direitos, depois os deveres; em relação ao Estado, primeiro os deveres, depois os direitos. A mesma inversão ocorre com relação à finalidade do Estado, a qual, para o organicismo, é a concórdia ciceroniana ou seja, a luta contra as facções que, dilacerando o corpo político, o matam; e, para o individualismo, é o crescimento do indivíduo, tanto quanto possível livre de condicionamentos externos. O mesmo ocorre com relação ao tema da

---

<sup>1</sup> Esta teoria de gênero diz que o indivíduo seguiria uma substancia, partindo de uma essência interna do indivíduo. Dentro da metafísica de Butler esta interiorização refere-se a discursos internalizados socialmente e públicos. Isto seria uma ilusão trabalhada discursivamente com o intuito de regular a sexualidade e manter os moldes de uma sociedade heterossexual reprodutora.

justiça: numa concepção orgânica, a definição mais apropriada do justo é a platônica, para a qual cada uma das partes de que é composto o corpo social deve desempenhar a função que lhe é própria; na concepção individualista, ao contrário, justo é que cada um seja tratado de modo que possa satisfazer as próprias necessidades e atingir os próprios fins, antes de mais nada a felicidade, que é um fim individual por excelência. (BOBBIO, 2004, p. 30)

A individualidade ganha destaque em decorrência de um novo cenário em que o indivíduo se posiciona, sendo este respaldado pelos ideais de liberdade e igualdade. A história das conquistas dos direitos segundo Bobbio é marcada por três gerações sendo a primeira geração relacionada as conquistas da Revolução Francesa, direitos relacionados à liberdade do indivíduo, sua vida civil e política; os de segunda geração refere-se aos direitos sociais e os de terceira geração, sendo os direitos difusos, diz respeito aos direitos relacionados ao meio ambiente. Há ainda que considerar a quarta geração por decorrência das transformações, principalmente sobre os efeitos da globalização surgem outros direitos, sendo o direito a informação, pluralismo, etc.

Neste preâmbulo, podemos afirmar que os direitos referentes a sexualidade estariam relacionados aos direitos sociais, porém não faz referência a isto sendo que o leque de direitos sociais de acordo com a constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º são:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Estes direitos são resultados de muita luta numa relação de poder e onde operam muitas contradições como, por exemplo, capitalismo/direitos sociais. Pois cada concepção de Estado outorga um tipo de tratamento à democracia, lastreando-a ao econômico ou ao político e se apresenta pelo abandono ou não dos direitos sociais (CAMPOS 2010). Isto porque o Estado de caráter neoliberal pela sua lógica, os direitos sociais ocupam um significado substantivo na agenda política. No entanto, temos atualmente um leque relativamente grande de direitos sociais, emergidos nos anos pioneiros do neoliberalismo, ao menos em seu aspecto legal. Porém, não conseguimos visualizar os direitos sociais referente ao segmento social LGBT.

Com esta questão há de se considerar que na elaboração de direitos que marcam a segunda geração, a sociedade vivia o paradigma da não visibilidade do surgimento de atores sociais. Viviam o paradigma de que falar sobre sexualidade não seria emergente por considerá-la como algo determinado biologicamente e reafirmado pela religião. Esta visão inibia a discussão de toda forma de políticas sociais ligadas a luta LBTT.

Logo, a luta histórica pelo reconhecimento dos direitos sociais das travestis está inserida no campo das lutas LBTT, sendo as travestis um dos segmentos que anseiam direitos comuns juntamente com as transexuais. Para tanto, faz-se necessário compreendermos a luta deste movimento enquanto ator político que teve início em meados dos anos 70. Para GONH, (2000, p.12) “O movimento social refere-se a ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer, por meio de um conjunto de práticas sociais e um pensar por meio de um conjunto de ideias que motiva ou da fundamentação. Trata-se de uma *práxis* portanto”.

Com este entendimento, o movimento de luta LBTT inicia-se em âmbito internacional destinados a se contrapor a estereótipos e senso comum em torno da homossexualidade. Assim, no ano de 1940 foi articulada a primeira organização de luta, o espaço COC (Center for Culture and Recreation) na cidade de Amsterdam. A principal estratégia deste grupo era criar espaços de discussão com a população e com as autoridades visando políticas que enxergassem os homoafetivos como dignos de direitos <sup>2</sup>

Neste contexto de efervescência de luta em muitas pautas, não só do tema sexualidade, mas também dos movimentos negro, surge o grupo Mattachine Societ também, onde realizavam suas discussões com profissionais como médicos psiquiatras como forma de desmistificar discursos já consolidados. A história nos confere que na década de 1960 a 1970 em âmbito internacional, os grupos que surgiam seguiam lutando para construir espaços de socialização.

Mas o grande marco foi a revolta de Stonewall, dia histórico em que um bar de homossexuais em Nova York após várias abordagens violentas de policiais, partiram

---

<sup>2</sup> Informações históricas do movimento LBTT, retirados de artigo da Revista Conselho Regional de Psicologia da autora Regina Fachinni. Disponível em: [http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crpasp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx) . Acesso em: 23 de novembro de 2018.

em confronto com os policiais no dia 28 de junho de 1969. Por este acontecimento histórico ficou marcado este dia como o Dia Internacional do Orgulho Gay.<sup>3</sup>

A atuação dos movimentos sociais assume caráter de práxis, onde tem este, caráter de serem executados nos conflitos e nas lutas, num processo dinâmico. Estes podem ser tomados com caráter reativo, ativo ou passivo. Mas o que mais define o movimento social LGBTT de acordo com as classificações da autora Gonh é por eles terem que se assumir como demandas, que poderão se transformar em reivindicação através de uma ação coletiva (GONH, 2000).

De fato, o movimento LGBTT demanda reivindicações por se situar no grupo de pessoas que mais sofrem violência por não serem acobertados pelos Direitos Humanos. A isto, soma-se nossa sociedade contemporânea marcada por intolerâncias, principalmente em relação a sexualidade, ligando esta principalmente a religião ou por ideias machistas.

A trajetória de luta deste movimento LGBTT inicia-se em contexto de ditadura militar iniciado pelo movimento feminista e vem juntamente o grupo Somos e o Grupo de Afirmação Homossexual de São Paulo. Estes grupos vinham com a estratégia de levantar a bandeira da homossexualidade numa discussão longe de preceitos e estereótipos. Visto que usavam a estratégia de distribuir pequenos jornais em lugares estratégicos onde se encontrariam homossexuais.

Para GOHN:

No cenário do mundo globalizado, vários autores têm destacado que o conflito social mudou, no mundo moderno, da esfera da produção para a esfera dos problemas da cultura, e nesta, os problemas de identidade cultural seriam os mais importantes, gerando movimentos em torno de questões de raça, gênero, nacionalidade etc (2000, P.11).

A ideia da autora nos faz entender que as características do movimento LGBTT frente o cenário de preconceito, que há na verdade um jogo entre estereótipos construídos socialmente e processo de identidade dos grupos que constituem este movimento. Pois há

---

<sup>3</sup>Disponível

em: [http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx). Acesso em: 24 de novembro de 2018.

de se considerar que o grupo Somos, um dos primeiros, tinha como foco trabalhar formas de identificação, visto que faziam apropriações de palavras pejorativas como “bicha” e “lésbica” disseminava-as sem teor discriminatório.

Esta população ganha visibilidade em decorrência da grande quantidade de casos de Aids, onde atingia principalmente este segmento, sendo isto, um dos motivos centrais de reivindicações. Neste cenário, podemos afirmar que a mídia contribuiu consideravelmente para a visibilidade deste problema, por outro lado, veio a reafirmar estereótipos como, por exemplo, em divulgar este problema como a “peste gay”<sup>4</sup> e não como um caso de saúde pública.

A forma de veiculação do problema corroborou para um estigma muito forte da população sendo esta, vista como transmissores do HIV. Este estigma ganhou grande proporção quando somou com o sentimento de aversão que a sociedade tinha para com este segmento e podemos afirmar que isto é sentido até os dias atuais. Neste contexto o grande surto de Aids contribuiu para o enfraquecimento dos grupos

Neste momento toda forma de manifestação da sexualidade longe do paradigma homem/mulher era tido legitimamente pela medicina como uma patologia, visto que o próprio termo homossexualismo em sua terminação remete a uma doença. Em luta reivindicatória e campanhas com simpatizantes do movimento em 1985, a “homossexualidade” foi retirada do quadro de doenças.

Porém, isto foi apenas uma das barreiras que o movimento LGBTTT conseguiu mudar, pois nem sempre o resultado de algo legal evidencia nas práticas cotidianas. Há algo que é maior, é cultural. Neste contexto de abertura democrática várias frentes de movimentos fizeram interlocução com os constituintes para que os direitos LGBTTT fossem representados na Constituição Federal de 1988. O direito que este segmento almejava era a proibição de discriminação da população LGBT, evidenciando a livre orientação sexual. Mas toda esta força articulada e politizada não foi maior do que a falta de reconhecimento deste segmento.

Este marco na luta LGBTTT evidencia o quanto esta população era marginalizada, onde o poder político não enxergava as insurgências de demandas que à

---

<sup>4</sup> Informações retiradas da revista Espaço Aberto, Jan/Fev 2015.. Artigo de Luiz Mott, A construção da cidadania homossexual no Brasil. Disponível em: Disponível: [http://www.observatoriodeseguranca.org/files/ibaset\\_0.pdf](http://www.observatoriodeseguranca.org/files/ibaset_0.pdf). Acesso em: 23 de novembro de 2018.

época era relativamente nova decorrente do tempo de luta. Na constituição Federal de 1988 fica registrado:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X—são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

No rol de direitos relacionados às garantias e direitos fundamentais, os incisos que mais se aproximam para as garantias e liberdades LGBT é o inciso X. Observa-se uma total falta de representatividade que já perdura 30 anos. Porém, há tentativas de rever esta falta, cabendo à jurisprudência interpretar este inciso para acobertar esta população. No entanto, há lacunas nas leis brasileiras, onde deixam por fora os direitos fundamentais LGBTTT.

Neste tocante Mattos também reconhece esta lacuna afirmando que:

Apesar de não haver uma regulamentação legal específica a respeito do assunto, constata-se que os Tribunais pátrios, mesmo que de forma incipiente, vêm reconhecendo progressivamente direitos aos homossexuais, a fim de conferir-lhes também a promessa de garantia de dignidade estabelecida na Constituição Federal (s/d, p.5).

No entanto, existem cidades que incluíram nas Leis Orgânicas Municipais<sup>5</sup> a proibição de discriminação por “orientação sexual”. Este termo vem a remeter às várias manifestações que a sexualidade se apresenta, principalmente relacionado ao corpo dos indivíduos e suas vivências.

As travestis começam a integrar o movimento LGBTTT a partir da década de 1990, isto se deu ao fato dos grandes casos de Aids e principalmente pelo aumento da violência contra travestis. Porque elas ficavam mais evidentes nestas questões, o que nos faz refletir a quais questões este fato está relacionado.

O movimento LGBTTT ganhou mais resistência e organização com a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLTT). Esta fundação resultou

---

<sup>5</sup> LACERDA E VIANA afirma que apesar de não haver o direito explícito na CF, não significa que municípios e estados não aprovelem essas leis, o de fato vem ocorrendo.

numa ampla mobilização onde reuniu uma considerada quantidade de grupos filiados a luta homossexual da América Latina. Podemos afirmar que a visibilidade do movimento LGBTT num documento deu-se pela sua organização e por seus meios estratégicos. Esta visualização pela primeira vez se <sup>6</sup>deu com o Plano Nacional de Direitos Humanos, este fazia referência aos grupos historicamente marginalizados, onde os mesmos lutaram para abertura de direitos.

Esse traço conjuntural resulta da conjugação de uma série de fatores, entre os quais cabe destacar: [...]c) a adoção do princípio de empoderamento em benefício de categorias historicamente vulneráveis (mulheres, negros(as), povos indígenas, idosos(as), pessoas com deficiência, grupos raciais e étnicos, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, entre outros) [...] (2008, p. 22).

Analisando este programa observamos que um dos principais meios de conseguir estes objetivos são com articulações com a educação escolar, trabalhando estas temáticas nas escolas juntamente com a qualificação de profissionais que possam trabalhar de forma significativa e construtiva estas temáticas. Porém, isto não ganha sustentabilidade diante do modelo de educação conservadora que temos, onde a exemplo disso tivemos PROJETO DE LEI N.º 1.859, DE 2015 que visava barrar discussões sobre sexualidade e gênero. As razões para se trabalhar esta temática em sala de aula seria em contribuir para a diminuição da violência de gênero.

Dos anos de 1990 para até então, as travestis vem ganhando visibilidade e organização. Em 2001 foi Fundada a Articulação Nacional de Travestis (ANTRA). Ela exerce um papel muito influente e articulado pela causa em todos os níveis de representação. Esta associação tem a missão de mobilizar pessoas Trans das cinco regiões do país para construção de um quadro político nacional a fim de representar esse segmento na busca de cidadania e igualdade<sup>7</sup>.

Podemos afirmar com muita convicção que a característica da violência que este segmento sofre vem acompanhada por uma série de questões que qualifica a violência contra travestis como uma violência de gênero. Este tipo de violência vem

---

<sup>6</sup> Informações históricas do movimento LGBTT, retirados de artigo da Revista Conselho Regional de Psicologia da autora Regina Fachinni. Disponível em: [http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos\\_tematicos/11/frames/fr\\_historico.aspx](http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx). Acesso em: 15 de novembro de 2018.

<sup>7</sup> Informação retirada da carta de apresentação da Antra. Disponível: [www.antrabrasil.org](http://www.antrabrasil.org).

acompanhado de ódio, aversão e muita intolerância que no cotidiano é tratada de forma invisível e também naturalizada.

Considerando esta realidade a ANTRA vem trabalhando principalmente em mostrar este cenário como um problema social e não como um problema alheio, por estas pessoas não seguirem um padrão de vida heteronormativo. Esta associação vem a lutar pelas principais pautas referentes aos direitos LGBTT e por sua organização, vem conquistando políticas de inclusão.

Pois:

Tratar do direito nessa sociabilidade é discutir os inúmeros desafios que estão postos na ordem do dia, sobretudo em um contexto de profundas desigualdades sociais, e quando se coloca a questão do direito da população LGBT e particularmente em relação às Travestis podemos identificar tão complexa realidade que envolve esses sujeitos. (OLIVEIRA, 2013, p. 103).

Esta falta de política pública juntamente com a invisibilidade deste segmento contribui em grande significância para a situação de marginalidade das travestis e, soma-se a esta questão outros agregados como cor, estratificação social, nível de escolaridade e de maneira não menos importante, a sua história. Por isto, ao procurar compreender as situações de prostituição das travestis deve –se procurar fazer uma interpretação destes indivíduos de tal forma que não os concebam como puramente pessoas divergentes reafirmando sua condição de marginalidade e estigma.

A luta do movimento LGBTT ganha mais evidência nos anos iniciais do governo Lula, tendo em vista que a aproximação e o diálogo com as causas da sexualidade ocorrem não somente no Brasil, mas em países Ocidentais nos governos que se dizem de esquerda (2014).

Neste contexto, em 2004 foi articulado um programa que atuaria com políticas de ação afirmativas tendo o nome de Programa Brasil sem Homofobia. Este programa era constituído por 53 ações divididos em 11 eixos que são:

- a) [...]apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou
- b) no combate à homofobia; b) capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; c) disseminação de informações sobre direitos, de

promoção da autoestima homossexual; e d) incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento GLBT (CONSELHO, 2004, p. 11).

Temos que considerar que estas políticas sociais estão engendradas num contexto econômico de muita contradição, em um modelo político de contrarreforma, desmonte de direitos e surgimento das Organizações não Governamentais como nova forma de trabalhar questões relacionadas às Políticas Sociais. Este cenário de neoliberalismo não traz boas perspectivas as políticas LGBTTT's, pois a forma de atuação do projeto Brasil sem Homofobia está destinada a ações de ONG's de ativismo de maneira descentrada. Dessa maneira, o Estado deixa de tratar políticas LGBTTT de maneira mais específica e concreta que deveriam ser vistas no dia a dia desse segmento social.

Falar sobre esta questão se torna implicate por haver responsabilidade da sociedade civil e do Estado. Por outro lado, o que percebemos é que a justificativa de as políticas sociais estarem nas mãos das ONG's é justamente a ideia de que dessa forma a sociedade ganhará autonomia. Esta tendência teve como resultado a transferência de ações do Estado para ONG,s de forma dispersa sem caráter de ativismo.

### **1.1: O movimento LGBT no espaço Caririense**

A Região do Cariri localizada ao Sul do Ceará<sup>8</sup> é marcada nacionalmente por seus aspectos culturais e religiosos motivado principalmente pela figura do Padre Cícero e de vários acontecimentos que atraíram religiosos do Nordeste para o Cariri, a exemplo de acontecimentos foi o milagre da Beata Maria de Araújo. As correntes notícias de milagres realizados pelo “Padin Ciço” contribuiu grandemente para um aumento populacional de grupos de pessoas como agricultores, sertanejos e artesãos que por vez, carregavam consigo um forte laço cultural religioso e em decorrência, padrões de vida da heteronormatividade.

---

<sup>8</sup> De acordo com a Lei Estadual nº 79/2009 a Região metropolitana do Cariri é formada por 09 municípios, sendo eles: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Caririáçu, Farias Brito, Jardim, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Mas para fim de abordagem, os municípios que mais se evidenciam na luta LGBT são as cidades de Crato e Juazeiro do Norte.

Esta característica da Região foi aos poucos apropriada por um comércio unilateralmente religioso aliado de comemorações, rituais etc, como por exemplo, as romarias. Isto ganhou tanta proporção que já de antemão atualmente se constitui como um fenômeno social. Mas podemos considerar que com toda transformação e encontro de povos que o único aspecto a se desenvolver seria a religião?

Em resposta ao questionamento, temos que considerar que como resultado deste encontro foi uma espécie de hibridização, que para Bhabha esta hibridização é mais do que uma soma, é o surgimento de um “terceiro espaço” para o surgimento de outras posições, isto gera algo diferente, novo, gera um novo sentido e representação (1996). Esta hibridização refere-se a resultados e influências que um fenômeno pode ter com o outro, onde surgem até mesmo fenômenos mais complexos, como por exemplo, as romarias por envolverem múltiplos aspectos.

Podemos entender que como resultado desta hibridização foi uma marginalidade de outros aspectos por envolverem relações de poder, poderes que na época eram fortemente legitimados sendo este, o poder nas relações de machismo e uma religião fundamentalista.

Notadamente a vertente cultural de caráter desviante não se destacou ou foi simplesmente marginalizada, esquecida, ou excluída da construção histórica da região analisada.[...] Em razão da não existência de um espaço democrático e de direito da livre expressão, as formas de posicionalidades dos grupos e indivíduos homossexuais se apresentam em lugares (clã) destinos *espace of*. (NASCIMENTO, 2005, P43).

Não podemos deixar de considerar que houve um crescente espaço de mercantilização das práticas sexuais das travestis que de certa forma também se coadunam com as romarias, observando os vários campos que a ela se relaciona, onde podemos mencionar os “clientes passantes”<sup>9</sup>.

Podemos constatar este cenário através da pesquisa de campo realizada em Juazeiro do Norte no ano de 2010.

Forasteiros não apenas no deslocamento geográfico mas também nos costumes que predominam naquela região. Uma cultura que se baseia em grande medida na eclesiologia romana e seu sincretismo com o catolicismo popular. Ali o sagrado se mistura com profano. Durante o dia os romeiros pagam suas promessas e adorações como parte dos ritos religiosos. À noite

---

<sup>9</sup> Esta expressão foi utilizada pelos autores SOUSA A, N e ALVES, M, para designar os tipos de clientes que constitui o mercado interno de sexo na região.

muitos deles visitam os becos, bares em busca de animações. Nesses espaços se relacionam e partem para os mais diversos encontros eróticos (SOUZA; ALVES, 2010 p. 02).

Apesar desta realidade evidenciada ser marginaliza, “invisível” por uma cultura heteronormativa, a luta LGBTTT no Cariri também se inicia por lutas de políticas sociais que enxergassem a questão da Aids como um problema de saúde pública, que houvesse uma ampliação dos direitos civis e sociais. O movimento LGBTTT tem na sua forma de expressão concomitante, a criação de produtos culturais e artísticos, então essa riqueza construída coletivamente também estava na pauta de luta objetivando seu reconhecimento, pois isto seria uma forma de construção de espaços.

No entanto a militância LGBTTT na região não é muito divulgada e reconhecida por conta dessa região ainda ter em seu caminho como marcas o machismo e o paradigma da heteronormatividade com fortes rastros.

Na década de 1990, surgimento e ampliação das ONG`s, o movimento LGBTTT no Cariri inicia seu afloramento. A exemplo tivemos a atuação das ONG`s ativistas Grupo de Apoio a Livre Orientação Sexual do Cariri(GALOSC) e a Associação de Apoio, Defesa e Cidadania dos Homossexuais (AADECHO)<sup>10</sup>. Este cenário foi de grande abertura para se pôr em pauta questões da cotidianidade de alguns sujeitos que ainda persiste serem invisíveis.

A partir de análise documental, pesquisa realizada em 2015 por NASCIMENTO em sua dissertação de mestrado ele identificou questões importantes a partir da seguinte metodologia. O autor fez uso de atas disponibilizadas pelas ONG`s e pelo poder judiciário a fim de visualizar as principais questões frequentes das atas. A pesquisa ressalta que as ONG`s tinham com maior frequência discussões relacionados ao ódio e homofobia contra o segmento LGBT.

A região do Cariri conta com grandes polos universitários que de forma trabalham para a divulgação e construção de conhecimento em forma de eventos acadêmicos que de certa forma assumem um comprometimento com a militância LGBTTT no Cariri. No entanto, é vista uma dificuldade de inserir a população caririense em atividades que trabalhem para o reconhecimento deste segmento social.

---

<sup>10</sup> Informações dos grupos militantes LGBTTT registradas na dissertação de mestrado MEMÓRIA DA MILITÂNCIA: a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBTTT da região do Cariri cearense (2015)de Francisco Arrais Nascimento.

Como somatória, observamos uma grande negação dessas manifestações, elas não são discutidas no campo histórico, social, político e econômico. Ou seja, mesmo com a profunda atuação dos militantes nas mais diversas áreas, a sua luta é invisibilizada dada à predominância de uma cultura heteronormativa.

## **1.2: Dados e características da violência contra travestis**

As travestis que se encontram em situação de prostituição ocupam poucos espaços na sociedade, sendo que de maneira quase homogênea em espaços marginalizados por não terem oportunidade na estratificação social para seguirem escolhas de direito. Estes espaços marginalizados referem-se a todos os espaços que lhes perpassam como uma luta pelo direito a ser diferente e até mesmo a sua própria vida. Estes espaços se fazem na família, escola, comunidade e sociedade. No entanto, o que as tornam mais vulnerável é o próprio espaço de prostituição. Neste, a violência se faz presente pela própria condição que a prostituição as coloca na sociedade, sendo vistas como objetos. A violência nesses espaços ocorre por parte dos clientes, no sexo, nos percursos e também por cidadãos comuns decorrente da transfobia.

Este espaço faz referência ao contexto social da heteronormatividade que atua no sentido de enquadrar todas as relações, até mesmo às relações entre pessoas do mesmo sexo, em um binarismo de gênero que visa organizar as práticas, os atos e desejos, com base no modelo do casal heterossexual reprodutivo PINO (2007). O resultado deste fenômeno é a intolerância e a desigualdade social.

A violência contra travestis é um problema social que se manifesta na sociedade livremente de qualquer forma de punição aos agressores. Como também, essas ocorrências nos parecem como um problema que é individual. Essas características se dão pelo fato de entender as travestis como indivíduos que não precedem direitos e por não compreendê-las também como indivíduos histórico-sociais.

Dessa maneira, a violência contra este segmento social se manifesta de forma naturalizada, onde os agressores não são apenas aqueles que participam diretamente da violência, seja ela física ou moral, mas também se manifesta por aqueles que assistem a violência e a tomam como algo cômico. Outra questão que podemos atribuir a esta

violência é que ela se expressa de forma invisível cotidianamente. Por essa sua característica, são poucas as pesquisas que se dedicam em traçar números que pudessem servir de subsídios para Políticas Públicas concretas para este segmento. A vida das travestis carrega todo tipo de divergência e o seu cotidiano, na verdade, todos os dias são dias de luta. Sua luta se dá primeiramente no campo privado, no âmbito familiar, isto ainda de forma muito precoce.

Considerando este cenário Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), propôs-se a desenvolver dados da violência como uma forma de reivindicar o principal direito individual deste segmento, que é a vida. Os dados da pesquisa mostram que a estimativa de que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos.

De acordo com dados elaborados pela ANTRA, no ano de 2017 houve 179 assassinatos sendo que 169 eram travestis e mulheres transexuais e 10 eram homens trans deste total, apenas 10% dos casos os suspeitos foram presos pelo crime cometido. Isto deixa as evidências de que as mortes das travestis também são negligenciadas pela justiça em tomá-las como algo passível de impunidade. Ainda na pesquisa é revelado que a região que mais teve índice de assassinatos contabilizados foi na região nordeste com 69 assassinatos (39% dos casos), seguido da Região Sudeste com 57.

A violência sofrida pelas travestis cruza com uma série de desigualdades sociais que estratificam este segmento em zonas de maior vulnerabilidade social, com isto observa-se a convergência no trato destas desigualdades em naturalizar as múltiplas desigualdades, que condensam as relações sociais desiguais e contraditórias dessa sociedade. (KLEIM. 2012 p. 48).

Nesta relação a situação de vulnerabilidade das travestis são refletidas pela dominação do capital na medida em que acirram essas diferenças e as tornam mais marginalizadas. Pois o capitalismo em caráter conservador prima pela ordem da heteronormatividade de padrões reafirmados na cotidianidade como ser branco, heterossexual entre outros.

Para FERREIRA, ele diz que esta situação é como:

[...] uma produção sócio-histórica e cultural se estabelece em forma de parâmetro, demonstrando uma maneira específica de como todos em seu modo de vida, de ser e de viver devem exercer e expressar sua sexualidade. Logo, para aqueles que não atendem à supremacia da regra, que escapam da generalização, resta sentir cotidianamente a produção e a reprodução tratamentos discriminatórios que, atravessados por outras possíveis opressões, radicalizam ainda mais as manifestações da questão social (2013, p. 49).

As condições sociais em que se encontram as travestis, historicamente, as remetem a uma estrutura de segregação, marginalização e inacessibilidade a políticas de proteção social. A conquista do respeito às desigualdades só terá alcance quando as travestis também alcançar visibilidade nas políticas sociais e que os índices de violência seja inferiores as histórias de vitórias deste segmento social.

## **II CAPÍTULO: GÊNERO, IDENTIDADES E PERFORMANCES: PLURALIDADES DOS CORPOS.**

Falar sobre gênero em nossa sociedade, juntamente com os atributos ao qual esta tem, não é um exercício fácil e acabado. Esta categoria vai além de ser uma categoria que merece ser compreendida em termos explicativos de definição, pois ela se expressa em indivíduos históricos- sociais e por vez, subjetivos. Mesmo as tentativas científicas de compreensão desta categoria aparecem em suas variáveis, determinismos estereotipados e preconceituosos, numa leitura de gênero alicerçada como “desvio”, ou mesmo em teorias que buscam causas das diversas manifestações de gênero.

Tomar esta discussão nos parece interessante e importante uma vez que nosso objetivo de estudo tem como núcleo a compreensão de diversos aspectos das travestis enquanto sujeitos distintos e de direitos, uma vez que o aspecto de diferenciação e consequentemente marginalização é a sua própria sexualidade. O modo em que este aspecto tem significação nos corpos das travestis.

Pois, segundo SCOOT:

As abordagens utilizadas pela maioria dos (as) historiadores(as) se dividem em duas categorias distintas. A primeira é essencialmente descritiva, refere-se à existência de fenômenos ou realidades sem interpretá-los, explicá-los ou atribuir-lhes uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal: ela elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando como e porque assumem a forma que têm (1989. p. 6.).

Essa abordagem ao invés de observarem as manifestações de gênero com seus significados e linguagens acabaria por dar sustentabilidade às relações de divergência, violência entre quem vive a margens de um gênero amplamente concebido, na relação homem/mulher. Este tipo de teoria busca a dar respostas a este tipo de perguntas: Porque as travestis vivem dessa forma? O que levam elas escolherem este modo de vida? Estas perguntas tendem a explicar o preconceito e conferir poder a um gênero dominante.

Outra tendência científica na literatura sobre gênero é entendê-la com agrupamentos. Para Scoot, ao tratar a categoria gênero em seu sentido gramático diz

que esta é compreendida como um meio de classificar fenômenos. É um sistema de distinções socialmente reconhecido que é mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Dessa forma entende-se que gênero sugere uma relação entre categorias que permite distinções ou agrupamentos entre elas. (1889). Mas poderíamos nos perguntar: O que permeia estas distinções e o que possibilita a formação destas categorizações?

É sempre através destas perguntas tomando algo dado sempre como um elemento estranho que os fatos em nossas vidas são postos em questionamentos na tentativa de novas construções. Pensando desta forma, a autora estruturalista Judith Butler dedicou-se em uma de suas obras à categoria de gênero. Para ela, gênero faz uma relação com o sexo biológico, mas vai muito além de que o gênero é uma categoria construída socialmente a partir do sexo biológico, assim como é conhecido pela literatura.

Para a autora, gênero seria um “fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes (BUTLER, 2003.p.29)”. Para esta sua definição primeiro tem-se a desconstrução de que gênero não faz parte de uma substância, de uma essência ou o sentido.

Uma das formas de desconstrução desta categoria se dá primeiramente em concebê-la como algo culturalmente construído, distinto da concepção de sexo, sendo este entendido determinado biologicamente. Esta concepção foi uma das primeiras ideias feministas, que tinha de início a ideia de desnaturalizar papéis sociais, no entanto, porém o seu resultado, serviu para o senso comum a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos (BUTLER, 2003).

Ainda há outra desconstrução quando a relação de sexo e gênero se dá quanto as relações de determinismo, pois a literatura sobre gênero nos dá o entendimento de gênero se torna e se constrói intimamente com a cultura em que o indivíduo está inserido.

Que juízo podemos fazer de uma construção que não pode presumir um construtor humano anterior a ela mesma? Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses

corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER 2003, p. 26 grifos meus).

Tomar o gênero a partir desta perspectiva pode parecer que o contexto, a cultura é o que determina o gênero do indivíduo. Este tipo de determinismo na cotidianidade abre espaços de cunho preconceituoso a respeito da vivência dos indivíduos em condicioná-la a uma construção, construção esta que mostra uma polaridade entre livre arbítrio e determinismo. Esta ideia determinista também reforça que a relação sexo/gênero, o gênero atuaria como essência do indivíduo. Mas onde fica o corpo nesta abordagem?

O corpo está intrinsecamente ligado a esta abordagem porque na medida em que tomamos o determinismo da sexualidade como algo nato, este corpo se determina também perdendo espaço nas relações de construção de significados, pois esta questão “envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções (WEEKS p. 6, 2000)”. Compreender esta relação é de extrema importância considerando que o corpo para as travestis é uma forma de expressão, vontade e subversão do próprio corpo. Pois ser travesti foge a padrões rígidos e ainda é uma condição peculiar das identidades trans.

A relação de corpo e gênero se torna importante para a compreensão da identidade porque corpo é como se manifestasse como a corte de julgamento final sobre o que somos ou o que podemos nos tornar (BUTLER, 2000). O corpo se coloca então como algo impositivo de manifestação de identidade de gênero, uma expressão que fala e onde também se agrega valor à elas de diversas formas.

Gênero em sua literatura atual vem a adquirir em seu significado a ideia de performatividade. Esta ideia torna o entendimento de gênero como algo flexível, sem determinantes com relação a estrutura binária sexo/gênero. Esta forma de análise traz uma resignificação subversiva indo além de ideias já estabelecidas. Esta forma de pensar o gênero sugere uma maior maleabilidade de questões que sempre foram

discutidas com determinantes e pretensões que sempre se voltam a um conhecimento que reafirmam preconceitos, ao invés de interpretações que observem as pluralidades.

Tratando de maneira mais objetiva o entendimento sobre gênero BUTLER diz que:

O gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um *locus* de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, consequentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero (2003, p. 200).

Dessa maneira, o gênero se constrói através de atos e a forma que os corpos são preparados no cotidiano. Esta estilização identifica o corpo em que muitas vezes já se utiliza de padrões criados culturalmente, considerando que a estilização é um processo de identificação do corpo. O padrão que as travestis utilizam na corporificação, corporificação enquanto processo, é o padrão cultural do gênero mulher.

Aqui chamaremos a atenção para a construção da categoria performatividade através da autora estruturalista Butler, para ela a performatividade :

[...] "performativo" sugere uma construção dramática e contingente do sentido. [...] Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação (BUTLER 2003, p. 198).

Este conceito faz parte de uma teoria em que se diz que os atos são práticas que se repetem por discursos e que através deste, se constrói a materialidade dos corpos, mas que não é acabada. A remodelação dos corpos está dinamizada numa relação de poder.

Vale considerar que o esforço de interpretar as construções sociais e culturais podem não serem satisfatórios diante de construções sociais e culturais tão naturalizadas. Nesta tentativa Butler propõe o conceito de performatividade como uma

resposta as velhas construções sociais. Pois primeiro vemos que a autora compreende que gênero se insere numa relação de poder ao identifica-lo como uma falsa noção de estabilidade, numa matriz heterossexual, num binarismo.

Para BUTLER:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo primeiramente dado. [...] tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (2003, p. 23- grifos meus)”

Esta falsa estabilidade atuaria neste aparato de produção, sendo mantidos através da repetição, imitação e reprodução da cultura através da performance. Esta categoria atua também no interior do paradigma do binarismo.

Nesta discussão, a performatividade atuaria de forma a subverter esta ordem já estabelecida indo contra a coerência compulsória. Por esta questão, sua performatividade também é preenchida de sofrimento e de marginalização. Neste sentido, “[...] a travesti também revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são facilmente naturalizados como unidade através da ficção reguladora da coerência heterossexual (BUTLER, 2003, p. 194)”.

Este pensamento faz bastante referencia ao autor Foucault, pois o aparato de produção da coerência heteronormativa esta construída numa relação de poder ao qual perpassa nas relações sociais. A ideia de poder em Foucault traz uma perspectiva diferente da ideia de que o poder está engessado e unívoco as relações de Estado/sociedade constituída historicamente. São formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Nesta sua concepção o poder então não se concentra em uma instituição nem uma pessoa, mas está nas relações sociais. Foucault afirma que:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (1979, p.8).

É nesta ideia de poder que os discursos heterossexuais se tornam legítimos na nossa sociedade, onde não são colocados em questionamentos, porque ainda vivemos em um paradigma social com fortes raízes conservadoras reprodutivas. Estes discursos infelizmente estão inseridos na cultura como a forma de regular as práticas sociais sem ao menos haver um poder visível, pois este se faz e se reproduz nas relações sociais.

## **2.1: A construção do corpo de uma travesti e suas representações sociais**

Ser travesti é viver em constantes expectativas entre a busca do corpo sonhado, onde vai muito além de uma busca por beleza, isto na verdade é uma busca que envolve sua identidade e bem estar consigo. Por outro lado, esta busca é vista diante da sociedade como uma “aberração”, “bizarrice” e que ainda são tomadas como traveco, homem vestido de mulher. Isso demonstra que as travestis vivem numa luta com o seu corpo e ao mesmo com as resistências do poder da sociedade.

Em sentido etimológico, o termo travesti termo travestilidade teve origem na língua francesa, como variante de burlesque, gênero artístico, relacionado ao erotismo. Travestie referia-se à forma de se vestir em casas de espetáculos na França, onde mulheres se apresentavam com roupas pequenas e provocantes a partir do século XV. Posteriormente após obra do Dr. Magnus Hirschfeld, *Die Transvestiten* no ano de 1925. O termo ficou relacionado a pessoas que se vestiam voluntariamente com roupas do sexo oposto (MAXSUELL, s/d)

Em entrevista a uma travesti no bairro Triângulo, ao procurar compreender o que seria ser travesti, ela afirma que:

Ser travesti é se sentir bem com o seu corpo, sua mente, você se sentir bem com seu eu, não é ser mulher. Porque quando você se sente mulher, aí você já parte para o transexual, que é quando você quer fazer a sua “adequação”, com a cirurgia para a mudança de sexo [...] não me incomodo com o meu órgão sexual nem um pouco (Natália).

As falas das travestis ao darem depoimento sobre sua sexualidade, fala com bastante afincio, o que revela que sentem incômodo por haver bastante falta de

reconhecimento da sociedade a respeito delas. Este momento parecia para elas uma oportunidade de falar sobre suas convicções a respeito do seria travesti e de sua dignidade.

Noutra fala, outra travesti fala de sua sexualidade e afirma que:

Eu me considero como uma travesti, porque travesti é um ser humano que vai passar por etapas, [...] travesti é uma pessoa que se *través*<sup>11</sup>, com perucas no começo, com seu próprio cabelo, que se pinta tanto de dia, como de noite que é quando vai trabalhar (Elem.).

Ao vermos as travestis em seus espaços de trabalho demonstrando o seu corpo que marcam padrões de mulher, é difícil perceber todo o processo e relações que há por trás de um seio, bumbum e quadris torneados. Na verdade, a busca pelo belo corpo, seria também a busca pela autoestima que é confrontada em forma de violência todos os dias nos espaços de trabalho e durante o dia. Nesta busca, as travestis se submetem a processos que se fazem bastante invasivos.

A entrevistada diz que as mudanças para tornar-se travesti é:

É todo um processo de mente, aquele que você busca um corpo perfeito, só que querendo ou não, não fica esses perfeito... Primeiramente foi muitas dores, muito inchaço, o corpo está sendo mutilado, né? Já se transformando” (Janaina).

Este processo está presente na vida de toda travesti independente de sua condição econômica e é um processo atrelado a prostituição, onde se torna o meio de adquirir recursos para as transformações do corpo. Essa transformação é diferente da transformação buscada por um heterossexual, pois não envolve simplesmente um bem estar corporal, é busca constante de identidade e de padrão.

Esta busca se torna perigosa para a vida das travestis na medida em que estes procedimentos são feitos de forma caseira e muita vezes ligadas ao comércio ilegal de silicone. Porém, isto não é uma questão de escolha, de optar o melhor meio de realizar os processos, pois estes processos é uma necessidade e a própria condição de

---

<sup>11</sup> No dicionário formal de língua portuguesa, *través* refere-se a direção oblíqua, porém a entrevistada está se referindo ao processo de se transformar, de processo.

marginalidade deste segmento as inserem nesta condição vulnerabilidade que engloba as suas próprias vidas.

Você sabe que vai deitar pra colocar um silicone, pra levantar, só Deus, porque hoje em dia, tem um médico especializado e as clínicas clandestinas, hoje você coloca um dois copos, na minha época não, era um litro e meio, dois de cada lado, porque na época pedia para ter corpão, hoje não, hoje quanto mais magra você é, melhor é. Mas é um risco muito grande porque você vê as meninas indo aplicar no Rio de Janeiro em clínicas clandestinas e acabam morrendo. Eu tive sorte porque o meu silicone não deu problema, porque ele muitas vezes pedra, ele mancha, ele incha, dá câncer, ele desce para o pé se você não ter repouso (Leila).

É importante destacar que este processo convive com a prostituição, então elas não param o seu trabalho para a recuperação dos procedimentos, porque não podem parar a atividade que lhe dá o seu sustento. Decorrentes disto, os procedimentos tendem a serem falhos por não terem tempo de descanso e uma das principais consequências que trazem para elas é o grande volume de silicone industrial em seus pés pelo fato de ele descer. Estas situações ainda são mais severas quando as consequências causam a morte da travesti.

A quantidade de mortes causadas por esses procedimentos não são computadas porque isto infelizmente o poder público ainda não enxerga a vulnerabilidade das travestis como um problema a ser tratado pelo poder público. Esta falha torna mais longe a conquista de políticas públicas voltadas para as travestis. Somando este problema, os meios de comunicação tendem a veicular a situação de marginalidade das travestis relacionadas a criminalidade, colocando-as numa relação de culpabilidade pela condição em que vivem.

Vejamos um tema de uma reportagem da revista R7, realizada em 2011: “veja como homens se tornam mulheres, muitas vezes arriscando a própria saúde. Nas farmácias, é fácil conseguir produtos que mudam o corpo. Os travestis não pensam nas consequências futuras, só no resultado imediato”.

As travestis vivem numa situação de invisibilidade que é compartilhada entre todos e é fortemente trabalhado pelos meios de comunicação. Além de que, a falta de cobertura deste segmento pelo sistema de saúde corrobora para maiores problemas de

saúde por conta da discriminação, considerando que as intervenções no corpo contribuem para o agravo do corpo.

Perosa 2017 diz que:

Esse processo de forja dos seus corpos ocorre na clandestinidade e sem nenhum tipo de segurança, uma vez que as travestis são ou estão invisíveis para o Estado e, portanto, para o SUS. As travestis acabam lidando com experiências de quase morte constantemente pelo fato de não existirem como sujeitos nem serem consideradas clientela legítima dos serviços de saúde. Assim, a busca pela redefinição do corpo se dá numa perspectiva solitária, exposta e desprotegida, além de estar envolta em um silêncio público (2017, p. 6).

Esta situação só alavanca a situação de marginalidade das travestis ao procurarem a clandestinidade, por falta do Estado oferecerem atenção e saúde a este segmento. As travestis fazem parte de um grupo de marginalizados em que a própria condição que se inserem, é motivo para inseri-las também como culpadas de sua própria vulnerabilidade ao invés de serem entendidas como vítima do sistema capitalista.

### **III CAPÍTULO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA LGBTT NO CARIRI: HISTÓRIAS, MEMÓRIA E DISCURSOS DAS TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO.**

Fazer pesquisa de campo relacionada a sexualidade se encontra como um dos campos mais difíceis de se trabalhar, o que dificulta certo arcabouço de discussão nesta área e principalmente quando este está retratando questões relacionadas a sexualidade. Esta foi uma realidade ao qual me deparei com o meu objeto de estudo. Visto que, as travestis vivem num mundo estereotipado por diversos discursos, ao qual aprofunda sua situação de marginalidade, e também convivem diariamente com a violência.

Esta situação dificultou um pouco minha aproximação com as travestis, pois toda forma de aproximação nos espaços de prostituição são tidos como alarmes para elas, pois como resultado da violência, a desconfiança e o afastamento é uma forma de proteção para elas. No entanto, foi possível realizar uma pesquisa qualitativa através da entrevista não estruturada. De acordo com esta técnica:

[...] ela é também chamada entrevista em profundidade, em vez de responder a pergunta por meio de diversas alternativas pré-formuladas, visa obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo. Por meio de conversação guiada, pretende-se obter informações detalhadas que possam ser utilizadas em uma análise qualitativa. A entrevista não estruturada procura saber que, como e por algo ocorre, em lugar de determinar a frequência ocorrências, nas quais o pesquisador acredita. ( RICHARDSON, 2014, p. 208).

Usando-se desta técnica para as entrevistas, foi entrevistadas nove travestis durante a noite no bairro Triângulo, Juazeiro do Norte-Ce e uma militante do movimento LGBTT. Elaborar um cálculo amostral para a pesquisa se fez complexo, por não havia pesquisas voltadas para as travestis que revelasse dados sobre a quantidade de travestis que se prostituem no bairro Triângulo. Esta carência entra como uma dificuldade que é também decorrente do próprio espaço marginalizado, dificultando também pesquisas voltadas para esta área. No entanto de acordo com as

travestis que trabalham no bairro, há em torno de vinte e trinta de forma descentralizada em pontos e horários.

Num primeiro momento, as entrevistas foram realizadas com três travestis que apesar de terem suas histórias fenômenos muito comuns, atualmente não trabalham na prostituição, sendo que uma delas se encontra na terceira idade, o que contribuiu grandemente para uma análise sobre a vida de uma travesti há algumas décadas e como isto se atrela entre ser travesti na. Em segundo momento, o contato com as travestis se deu nos espaços em que eram marcados como os pontos de prostituição. Neste momento pude dialogar com seis travestis as quais eram um grupo. Ter a oportunidade de poder entrevistá-las foi uma tarefa difícil, considerando que elas estavam trabalhando e que por isto ao mesmo tempo em que eu tentava criar um clima de conversa aprofundada, respeitava a necessidade de elas irem a busca de clientes.

### **3.1: Das perdas ao encontro com a prostituição: marcadores de acentuação da violência contra travestis.**

As travestis independente de seu lugar na estratificação social acabam convergindo em pontos sempre comuns, por decorrência do processo de exclusão que as mesmas passam em todas as etapas da sua vida. Primeiramente essas etapas acontecem quando ainda crianças que não se sentem aceitas nos espaços de socialização. Vejamos, a família primeiro meio de socialização constitui a primeiro contato com as regras e normas sociais que por vez são marcados pelo poder tradicional já se inicia os ensinamentos sobre sexualidade, que desde já é o ensino a seguir orientações de cunho heterossexual.

Estas orientações não se referem a momentos destinados a isto, pois podemos entender que isto está nas conversas familiares, brincadeiras e piadas. A heteronormatividade se encontra entranhada nos laços familiares, mas que podem depender bastante do esclarecimento que se tem quanto ao tema, porém isto é uma condição muito rara.

De onze a doze anos eu já sentia que era diferente, ali já dava pra perceber que eu era diferente dos meus irmãos, meus irmãos gostava de bola, eu não gostava, eu gostava de me vestir de mulher. No começo a barra foi muito

grande, sofri bastante, porque meu pai é muito machista, ele não aceitava. Minha mãe viu que eu estava ficando diferente e me mandou para São Paulo porque eu estava muito afeminada e não queria cortar o cabelo (Leila).

As travestis encontram no ciclo familiar a primeira forma de exclusão social, sendo esta uma exclusão uma das mais influentes para a desestabilização emocional considerando a importância desta instituição para qualquer indivíduo. A família atua nesta questão como uma base de apoio para os demais desafios que viriam na vida de uma travesti. Na verdade a vida de uma travesti é uma constante luta por busca de inserção em espaços que se sintam aceitas.

Uma dos maiores fatores que influenciam para a situação de marginalidade das travesti é o fato delas deixarem muito cedo de frequentar a escola. Para elas isso não é uma escolha e sim uma necessidade urgente de sair outra vez de um espaço que constituiria uma de suas bases, considerando a importância da escolarização numa sociedade cada vez mais capitalista e excludente. Pois trabalhar esta temática de exclusão social das travesti significa também em falar de refrações da questão social, pois todos os processos de exclusão destes indivíduos se coadunam ao que o capitalismo impõe para sua dominação e manutenção.

A violência que as travestis passam quando frequentam a escola é diferente das manifestações de *bullying* entre colegas, pois enquanto esta se dá por chacota entre os colegas, a violência contra as travestis se dão por uma negação de sua estética com teor de aversão. Então se verifica que as travestis deixam de frequentar a escola muito cedo e na maioria das vezes só consegue a escolarização após idade adulta através da modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Na fala da entrevistada ao falar sobre o motivo de sua desistência da escola diz que: “Eu deixei de estudar porque além de tudo, eu comecei a tomar hormônio, criar peitinho, minha mãe viu aquilo ali e me mandou para São Paulo para casa de parentes”. As travestis deixam de frequentar a escola muito cedo e seu dia a dia já se confronta com a necessidade de trabalhar já na adolescência com a possibilidade que está acessível para elas para conta do preconceito. Isto se refere a atuar na prostituição. De

acordo com a pesquisa, a faixa de idade em que as travestis começam a se prostituir é entre 14 e 16 anos.

Não podemos afirmar que a vida das travestis seguem uma linha de desestruturação de bases de maneira hegemônica em todos os casos, mas de acordo com as entrevistadas sua historicidade mostra que esta questão ocorre primeiramente no meio familiar, onde decorre as demais como a perda da escolarização e consequentemente, espaços no mercado de trabalho.

Por conta desta questão como já estão sem apoio familiar, as travestis se encontra com a responsabilidade de trabalhar para se manter e também manter as transformações do seu corpo. Pela exclusão estruturada, as travestis ocupam inicialmente espaços de trabalho como domésticas o que já daria a sua dormida, carregando mercadorias nas feiras, hasteando bandeiras em períodos eleitorais etc.

Estes trabalhos por si não exigem certa capacitação para atuar, o que justifica uma maior facilidade de trabalhar nestas áreas. Por outro lado, estas áreas também estão "normatizadas" pela cultura da heteronormatividade o que mais uma vez são espaços perdidos na vida de uma travesti. Dessa maneira, a prostituição inicialmente parte de uma necessidade, que não é tida como uma escolha, independente de suas condições histórico sociais, ela é tomada pelo resultado do ardiloso processo de marginalização de seus direitos.

No cotidiano de nossa sociedade podemos ouvir questionamentos corriqueiros em que as pessoas se perguntam o porquê que as travestis se prostituem ao invés de procurar um emprego "digno"<sup>12</sup>. Estes questionamentos marcam a intolerância e a falta de empatia característica de uma sociedade preconceituosa. Em pleno cenário de crise, falta de emprego não podemos ter dúvida que as travestis sofrem mais ainda pelo modo de viver a sua sexualidade.

A revista eletrônica G1 de Minas Gerais em sua reportagem sobre homofobia, publica em 2018 que cerca de 90% das travestis e transexuais do país sobrevivem da

---

<sup>12</sup> Esta palavra vem entre aspas pelo fato de não determinar a atuação da prostituição como algo que degrada a travesti, pois temos de pressuposto os sentidos que esta atuação adquire em sua historicidade.

prostituição. Isso reflete que a prostituição não aparece como uma opção, mas é uma questão de sobrevivência pela tamanha referência que as travestis têm com a prostituição. A prostituição aparece na vida das travestis como um marcador que eleva o preconceito contra elas justamente pelo caráter que esta atuação tem construído socialmente por questões de religião e de valores morais tradicionais. Mesmo a prostituição sendo uma das profissões mais antigas ela ainda ganha resistência em muitos países, exceto alguns países da Europa como Turquia, Hungria, Alemanha, Suíça. Nestes países a prostituição é legal e é regulamentada com todos os direitos trabalhistas.

No Brasil, o Ministério do Trabalho reconhece a prostituição como uma das profissões que se enquadra no quadro das Classificação Brasileira de Ocupações -CBO. A classificação nº 5198 tem como título da profissão garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador do sexo. Esta inserção insere a prostituição no quadro das profissões da CBO o que permite reconhecer também que esta profissão ao menos no aspecto legal, deixa de ser considerada como um crime aonde a própria constituição vem a considerar no Código Penal Art. 229, onde diz que: Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009).

Importante salientar que a prostituição vem a ser classificada como um ramo de profissão, no entanto ela não é legalizada pelo Ministério do Trabalho como uma profissão com todos os direitos trabalhistas, o que ainda é uma realidade longe de se concretizar diante do crescimento de ódio que os rumos da sociedade vem tomando com relação a esta população.

Para tanto, a legalização da prostituição apesar de muitos benefícios para as pessoas que a praticam, não vem a tocar realmente na problemática. Pois, o fato de 90% das travestis significa que uma escolha ou opção, na realidade isto significa os rumos que a vida de uma travesti vai tomando pela sua história de exclusão. Seguir a vida na prostituição faz parte de uma escolha para qualquer pessoa que deseja seguir nesta profissão, mas esta escolha não pode ser a única para as travestis para garantir a sua

sobrevivência já que na maioria das vezes os laços familiares são rompidos, o que qualquer tipo de ajuda seria inviável, até mesmo a financeira.

### **3.2: Marcas da violência em contexto de prostituição**

Viver contexto da prostituição sendo travesti é algo muito peculiar de se viver e a forma com que as mesmas estabelece uma relação com a violência, por considera-la algo que faz parte do seu dia a dia, é um trabalho de muito equilíbrio psicológico para saber conviver com a necessidade de trabalhar na prostituição e com os olhares que são formados em torno delas por conta disso e por serem diferentes.

Em meio à coleta de dados nos espaços de prostituição, isto foi algo muito desafiador porque primeiro, os espaços em que elas trabalham são muito estigmatizados como áreas de risco. Isto por vez, já caracteriza um dos principais fatores que atrapalham pesquisa nesta área. No entanto, estar ganhando a confiança das travestis já pude me sentir segura ao demonstrar que eu não estava ali para prejudicá-las ou para que as fizessem se sentirem mais divergentes. Pois as constantes violências físicas ou mesmo xingamentos que elas sofrem em seus espaços de trabalho, acabam deixando-as sempre com “um pé atrás” de quem as aproximam. Por conta deste comportamento de estranhamento, não podemos compreendê-las desta forma, pois isto é uma forma de defesa de quem constantemente é violentada de forma cruel.

Em uma das falas ela afirma:

A violência é tanto em sexo, com espancamento, é com envolvimento em drogas, querendo que você pegasse que pra ganhar mais tem que usar, que eu acho uma violência, entendeu. Tenho marcas guardadas dentro do meu peito que às vezes vem um flash quando estou dormindo, às vezes eu me assusto (Elma).

Esta fala retrata a violência em dias atuais vividas por uma travesti. Esta violência descaracteriza a travesti como um indivíduo de direitos e de dignidade em que seus corpos podem ser mutilados de todas as maneiras. Agora vejamos uma fala de uma travesti na terceira idade que viveu sua juventude entre os anos de 1970 e 1980 e que não mais se prostitui. Quando ela relatou as situações de violência, retratou que:

Eles jogavam sacos de xixi na gente, pedradas, já fui sufocada, jogada do carro, arrastada pelo cabelo, já fui estuprada por vários homens, saíam e não pagavam. Não tinha como buscar ajuda ninguém ajuda a gente e a vida continuava. Levavam a gente pra delegacia, pegava a gente essa hora e só deixava a gente ir embora 5 horas da manhã só de calcinha, só porque estava parada na esquina, era muita humilhação(Leila).

A figura abaixo é da cartunista transgênera Laerte Coutinho em seu trabalho com tirinhas, que traz o seu personagem Hugo em seu processo de transformação para uma travesti, a Muriel. Esta personagem acaba por se transformar em um personagem com representação política e social trazendo questionamentos, mas principalmente vem a demonstrar o caráter que a violência contra as travestis têm socialmente.



Figura 1- tirinha 1

O caráter da violência contra as travestis se dão por considerarem aberrações que não tem direitos sociais, ou seja, não é levada em consideração a dignidade das travestis. Estas duas falas transcritas acima mostram duas realidades, demonstram um Estado que é opressor e que age de maneiras distintas em cada uma das realidades. No segundo, ele atua de forma explícita contrária ao direito de dignidade das travestis usando a força e o constrangimento. No primeiro, ele atua de forma descompromissada com a luta das minorias sociais, pois acaba se valendo de um Estado democrático em

que todos são iguais perante a lei, porém não trabalha efetivamente nas desigualdades sociais.

Construindo melhor esta ideia, a onda de direitos referente às desigualdades gera-se um discurso homogêneo de que neste Estado todos podem ter acesso a educação, moradia, trabalho entre outros. Pois se cria a ideia que todos têm a mesma condição de chegar a objetivos socialmente objetivados, na medida em que o Estado trabalha a ideia da meritocracia e compartilha para todas as classes. Para o autor FERNANDEZ ele afirma que isto é:

[...] é um dos fundamentos ideológicos de nossa sociedade. As diferenças são justas porque espelham distintas capacidades. Os melhores têm mais e os piores, aqueles que fracassam neste regime meritocrático, devem conformar-se com pouco ou nada. Segundo esta imagem, a miséria de muitos é responsabilidade dos perdedores ou fracassados, dos que a sofrem, já que “não servem”. É justo o sofrimento que padecem. (2015p. 3)..

Por meio desta ideologia há a legitimação dos poderes dominantes sobre segmentos sociais marginalizados, que trabalham para que esta realidade também seja apreendida por aqueles que sofrem em sua cotidianidade decorrente da desigualdade social. Nisso, reflete que o fracasso dos indivíduos na sociedade capitalista é decorrente de falta de esforço e dedicação. E mais, esta ideologia da meritocracia é articulada de tal forma que a própria classe subalterna oprime o fracasso do outro, o que se torna mais ainda quando isto está relacionado a pessoas que fogem a regra da heteronormatividade.

Nas palavras de Sell (2013, p. 48), para Marx

“A alienação significa que a ‘exteriorização’ e objetivação dos bens sociais que resultam do processo de trabalho tornaram-se autônomos e independentes do homem, apresentando-se como realidades ‘estranhas’ e opostas a ele, como um ser alheio que o domina”

Nesse sentido, o Estado atua de forma a criar uma realidade, uma verdade que seja amplamente difundida e legitimada aos interesses de todos. Mas, que é o que fundamenta a alienação em que os próprios segmentos sociais são subalternizados

dentro da classe subalterna. A mídia, como resultado também deste sistema acaba por reforçar estigmas em seus discursos midiáticos quando tratam das travestis enfatizando apenas cenários de violência onde, quando não é a vítima, é a agressora.

Em 2010 o autor Soares<sup>13</sup> concluiu uma pesquisa sobre o discurso midiático e a construção das sexualidades em revistas e jornais de circulação nacional, a saber: O Globo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Estadão, Gazeta do Paraná, Veja, IstoÉ, Época e A Revista. Com este trabalho viu que ao se falar em travesti, sempre estava relacionado à violência. Além disto, o discurso midiático ganhou visibilidade e vem se encaminhando desta forma ao colocá-las em papel de ameaças a sociedade. Pois primeiramente esta visibilidade se deu com a AIDS e hoje vemos que esta visibilidade se dá ao considerá-las imprudentes com seu corpo e por se envolverem com o uso de drogas.

Para o autor KLEIM (2016) ele diz que esta condição se dá porque as travestis são grupos já estereotipados como periféricos marginais e próximos do crime e também porque em sua maioria compartilham de uma mesma classe social, juntamente com sua estética específica que confirmam este *estatus* de marginalidade.

Assim, o discurso midiático reafirma estas condições, divergindo as travestis na sociedade cada vez mais. Por conta do grande poder de capital cultural e econômico, as travestis não ganham espaços para que lutem na contra mão deste poder. Cabendo assim, para que sua luta crie mídias alternativas para que suas vozes sejam ouvidas.

As travestis se encontram nos segmentos sociais subalternizados que por vez sofrem as represálias do que restou para garantir sua sobrevivência. Neste sentido, faz-se importante compreender o significado que a prostituição adquire nas suas vidas. Em entrevista, todas as travestis afirmam que desejariam trabalhar em espaços formais para não atuarem na prostituição. Uma delas diz que: “Nós entramos em um carro, mas nós não sabemos se voltamos vivas, isto não é vida. Seria bem melhor saber que todo final de mês eu teria um dinheirinho certo. Isto não é vida (Elma)”

---

<sup>13</sup>SOARES, Alexandre Soares. A construção de identidade sexual: travesti, a invenção do feminino. EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.2, p. 5-14, mai.2012.

De acordo com a pesquisa não há discordância que as travestis desejariam atuar em trabalhos formais, porém isto é muito difícil de acontecer pela falta de preparação das travestis. À volta aos estudos não ocorre anterior a conquista de um trabalho formal, como uma condição. Pois a própria situação de marginalidade e características de seu trabalho não permite esta possibilidade. Então as possibilidades de um trabalho formal geralmente são conquistados quando está aliado a formação e trabalho. O que já poderíamos pensar que seria um viés de política pública para este segmento social.

Esta é uma insatisfação nítida entre elas, mas que apesar de tudo demonstram alegria em seus espaços de trabalho como instrumento de enfrentar a violência que sofrem. As ironias cômicas entre elas ao modo que tratam sua sexualidade, ao valor que cobram dos clientes, a disputa de beleza, acabam gerando humor no dia a dia na prostituição.

Mas também os espaços de prostituição revela para as travestis um certo prazer pois enxerga em suas práticas algo que vai além da violência sofrida. Podemos ver isto de acordo com a fala de uma entrevistada onde diz:

Eu entrei no começo por necessidade, não vou mentir, depois eu fui aprimorando minha mente e vi que ali eu sentia prazer também de viver aquela vida. Porque a vida de travesti é muito efeito é muita visão de comportamentos, estilos de roupas e tudo isso você fantasia (Maria)”.

Podemos com isto entender que a prostituição tem um sentido paradoxal, pois, na medida em que é dor, ela também se expressa como prazer na medida em que ama viver a noite. A prostituição é um evento ambivalente por assumir esta condição na vida das travestis quando não adquire um sentido unívoco.

Esta situação é referida pelo autor Bauman (1999) ao relacionar isto como uma das situações da contemporaneidade em que para ele, ambivalência é a possibilidade de conferir a um objeto ou a um evento mais de uma categoria quando somos incapazes de ler adequadamente as situações, de dar sentido ao mundo. Esta questão se faz ambivalente por ver na prostituição diferentes formas de dar sentido a ela.

Após estas ressalvas cabe nos perguntar qual seria o papel do Assistente Social frente a esta questão, pois se trata de um conjunto de expressões da Questão Social em que são insurgências para atuação dos Assistentes Sociais em trabalhar para dar visibilidade a estes segmentos sociais. No Código de Ética da Profissão em um de seus princípios diz que o profissional deve trabalhar no: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (Código de Ética dos Assistentes Sociais, IV)”.

Isto fundamenta a ação do Assistente Social, além de que relacionado a isto, constitui um direito dos Assistentes Sociais trabalhar com os movimentos sociais e organizações populares. O Código de Ética além de fundamentar a ação dos Assistentes Sociais, ele marca um compromisso com as classes subalternizadas o que para nós Assistentes Sociais nos implementamos com profissionalismo e autonomia.

Mas isto não é tarefa fácil, pois uma das maiores dificuldades dos Assistentes Sociais é a resistência que as travestis têm com os equipamentos de Assistência Social. Esta resistência se dá em não participar dos serviços, sendo principalmente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, oferecidos pela proteção Social Básica nos Centros de Referência de Assistência Social, visto que este trabalha na prevenção de vulnerabilidades sociais.

Na cidade de Juazeiro do Norte esta realidade também é presente pois as travestis se recusam a serem assistidas pelos equipamentos apesar de serem convidadas pelos próprios profissionais. Esta condição presente na política de assistência social reflete a situação de insegurança que as travestis sentem decorrente da constante violência que sofrem nos espaços públicos e privados. Então é uma das dificuldades que os profissionais precisam trabalhar para atingir esta população.

No entanto, esta não é apenas uma condição da cidade de Juazeiro, em muitos outros lugares esta recusa se dá porque sofrem violência pelos próprios equipamentos, sendo uma violência institucional. Segundo TONELI (2015), isto se dá por uma falta de informações por parte dos profissionais, por uma falta de capacitação profissional e o próprio despreparo dos profissionais em trabalhar com tal população.

Desta maneira, toda a equipe de trabalho da assistência social deve estar preparados para poder dar assistência a população que lhes são destinadas. Pois estes espaços devem ser um local de acolhimento desta população e não o entendimento de uma sociedade violenta.

A cidade de Juazeiro do Norte vem trabalhando com uma proposta de Juazeiro sem preconceito, na qual esta proposta está inserida na Política de Assistência sendo executada pelos CRAS em parceria com organizações que trabalham com a profissionalização, sendo estas o SENAI e o SENAC.<sup>14</sup>

Em entrevista a uma militante do movimento LGBTT e funcionária da Política de Assistência Social ela diz que:

As meninas não conhecem seus direitos, não se emancipam, não voltam a escola, não se empoderam, não se informam em relação ao mercado de trabalho [...] então a visibilidade que a gente deu a este núcleo foi de tirar elas da prostituição, da drogadição com estes trabalhos de inclusão. No início foi um pouco fácil, mas depois elas começaram a se afastar porque para elas, elas pensam que é num estalar de dedos esta questão do emprego.[...] elas trabalham a noite na prostituição e então passam o dia dormindo, elas não tem uma vida social aí não querem ir para o CRAS e nem estudar, só procuram a gente quando sofrem uma violência, só que de forma esporádica (Sandra)”.

De acordo com a fala podemos compreender que a prostituição acaba por dificultar a procura dos direitos por parte das travestis, na verdade a situação de pressa se dá pela condição que a prostituição as coloca, onde o tempo que as travestis têm no seu dia a dia é a própria noite para trabalhar e o dia para dormir e investir no seu corpo como instrumento de seu trabalho. Além desta condição não podemos esquecer de considerar que a falta de empoderamento contribui grandemente para a permanência desta situação. Esta é uma das alternativas em que os CRAS trabalha para incitar nas travestis direitos que devem ser inerente a elas.

---

<sup>14</sup> Informação obtida através de entrevista realizada aos dias 20 de novembro com uma funcionária da Política de Assistência da cidade, e também militante dos direitos LGBTT.

Outra questão que os CRAS têm a intenção de trabalhar é de dar visibilidade a esta população para que sejam vistas também pelas outras políticas como a Saúde e a Educação. Quando se trata de acesso à saúde a violência institucional se torna mais acentuada porque neste espaço as ações atuam de forma estigmatizadas, pois como vimos o momento em que a população LGBTTT teve espaço na saúde foi quando foram vistas como ameaças à saúde da população, no tocante a AIDS. Ainda neste teor pejorativo o atendimento às travestis têm orientações por bases ainda arraigadas, o que dificulta o respeito ao nome social, o acesso a banheiros , além de constrangimentos que limitam este acesso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho vimos o processo de marginalização da vida das travestis, onde mesmo considerando indivíduos diferentes entre si, carregam em sua história a violência e a constante exclusão por não participar dos espaços sociais que deveriam ser de direito das mesmas, sendo principalmente o acesso a escola, mercado de trabalho e saúde. Como resultado dessa exclusão, as travestis quase em sua maioria se prostituem como um meio de sobrevivência que as inserem mais ainda em um contexto de tremenda vulnerabilidade. Esta condição as deixam expostas à violência de grande risco, colocando em pauta as suas próprias vidas. Somando-se a esta questão, as travestis que atuam na prostituição estão também vulneráveis ao uso de drogas sendo forçadas a usarem por seus clientes, o que as colocam em contexto de drogadição expostas também ao tráfico de drogas.

Vimos que a prostituição assume um significado de ambivalência, pois ao mesmo tempo em que se faz dor, representado pela violência e marginalização. Esta se faz também por prazer, quando a mesma vem acrescida de um gostar pela noite, motivado pelo prazer sentido pela beleza, já que o corpo agrega muito valor em sua performatividade. Porém, esta ambiguidade se perde ao ser confrontado com o desejo das travestis de serem incluídas no mercado formal de trabalho, o que torna um desejo muito difícil de ser alcançado por conta das engrenagens ao qual as travestis estão inseridas.

Foi possível perceber nas entrevistas de forma mais subjetiva um constante lamento da condição que as travestis ocupam na sociedade. Visto pelo desejo de terem uma renda fixa sem expor suas vidas ao risco; pelas condições que lhes são postas para conseguir clientes e também para agradá-los. Este lamento se revela também por frequentar espaços que já são por si marginalizados em decorrência de outros fatores. Pois, considerando que as travestis por si já sofrem violência, tem como somatória a própria característica do espaço, sendo escuros de pouca movimentação, marginalizados e que propicia a violência. Ou seja, o próprio ambiente já as deixam vulneráveis.

Considerar que a prostituição também é uma condição que envolve prazer, mostra também ao mesmo tempo uma apropriação de tal atividade, porém não é uma

escolha, mas alternativas de se apropriar, no entanto, esta questão deixa de ser referencia colocadas frente a violência sofrida na prostituição. Discutir esta questão como um problema tendo como solução a legalização da prostituição como profissão é trabalhar de forma superficial e apática quanto a condição de vulnerabilidade das travestis.

Pois, a legalização poderia até de certa forma mitigar a violência sofrida nos espaços de prostituição por ter a possibilidade de requerer certos direitos enquanto profissão. No entanto, isto não é o cerne da problemática, pois a prostituição para as travestis não aparece como uma escolha, se faz como a alternativa viável dentro de seu contexto social.

No decorrer da pesquisa vimos que o principal problema da situação de marginalização das travestis se faz pela condição de invisibilidade que ocupam na sociedade, o que ofusca também a opressão que vivem neste sistema social. Como pano de fundo desta situação há a cultura da heteronormatividade e de consequência a transfobia, que está presente em todos os setores da sociedade, comunidade e principalmente o Estado.

O Estado atua nesta questão de forma displicente por não contar com o amparo deste segmento social aos direitos sociais e por não dar espaços para atuação dos movimentos de forma que os não criminalizem, onde poderia fugir à regra ao modo como o Estado concebe os movimentos sociais no percurso histórico. Desta forma concluímos que a falta de políticas sociais para este segmento decorre de uma frente conservadora e evangélica que persistem em corroborar para uma invisibilidade das travestis.

Vimos que no Brasil não há pesquisas planejadas pelo Estado para conhecer a situação de marginalização das travestis, a saber, de índices como: escolaridade, trabalho, atendimento a saúde, expectativa de vida e como a violência se retrata nos seus espaços de socialização. Como urgência seria de grande importância que houvesse uma implementação de uma política de diagnóstico e de monitoramento nas instituições governamentais de Saúde, Educação e, sobretudo de Assistência Social. Isto daria

grande fomento para a visibilidade das travestis e para o planejamento de políticas sociais concretas.

Esta pesquisa se faz relevante porque veio a analisar a situação de marginalidade das travestis, contribuindo para um acervo de pesquisas voltadas para a sexualidade e suas refrações na sociedade. Pois a falta de pesquisa de campo nesta área, é resultado da própria complexidade que há nos espaços de prostituição, valendo principalmente de estigmas sociais.

No entanto, aceitar os discursos de poder opressivo como a condição final das travestis é aceitar sua condição de vulnerabilidade. No dia a dia, assim como há discursos de poder que marginalizam as travestis, deve haver também forças correlatas em defesa desta população, numa luta pelo respeito e compromisso com a transformação social. As mídias sociais ganham destaque nesta luta, pois a construção de mídias alternativas daria maior visibilidade a luta LGBTTT, apropriando-se como espaços de luta, pois em contraposição, a mídia brasileira não dá visibilidade a esta população, além de que reafirma o poder heteronormativo e a exclusão social. A educação tem um papel muito significativo nesta luta, quando tem em seu compromisso a construção de valores e uma cultura de paz.

## REFERÊNCIAS

. Klein, Caio César. **“A travesti chegou e te convida pra roubar”: representações sociais e sujeição criminal de travestis na mídia policial** (dissertação em Direito). Faculdade de Direito, Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais, Porto Alegre, BR-RS, 2016

Atividade Legislativa. Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2006 - (CRIMINALIZA A HOMOFOBIA). Disponível em : <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604> Acesso em : 19/11/2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999

BHABHA, Homi. **O terceiro espaço**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, p. 34-41, 1996.

Bobbio, Norberto, - **A era dos direitos** . Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. — 7ª reimpressão.

Brasil. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"**. In: O CORPO EDUCADO: PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE. Org: LOURO G,L.Traduições: Tomaz Tadeu da Silva.2ª Edição Autêntica ..Belo Horizonte 2000.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** . tradução, Renato Aguiar. — Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: **Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual.** Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL.

FERNANDEZ, Athus. **Meritocracia e Desigualdade.** Disponível em: [Available https://www.researchgate.net/publication/271209358\\_MERITOCRACIA\\_E\\_DESIGUALDADE](https://www.researchgate.net/publication/271209358_MERITOCRACIA_E_DESIGUALDADE) . Acesso em: 12 de novembro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

G1 Minas Geras. **Cerca de 90% das travestis e transexuais do país sobrevivem da prostituição. Belo Horizonte. 18/05/2018.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/cerca-de-90-das-travestis-e-transexuais-do-pais-sobrevivem-da-prostituicao.ghtml>. Acesso em: 09/11/2018.

GERSHENSON, B. FERREIRA, G. RODRIGUES M,C. **Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul .** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 47 - 54, jan./jun. 2013

IRINEU, Bruna Andrade. **10 ANOS DO PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA: notas críticas.** Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014. Disponível em : <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/7222/6153>

Janaína Lima [http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/P/Paulo\\_Reis\\_Santos\\_16.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/P/Paulo_Reis_Santos_16.pdf)

MATTOS, Fernando da Silva. **Direito à igualdade e à dignidade dos homossexuais no brasil: uma análise panorâmica da jurisprudência.** Disponível em; <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/artigoMattos.pdf>.

MELLO, L. AVELAR, R, B. VALDRES , B. **Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis, 22(1): 416, janeiro-abril/2014 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n1/16.pdf>

NASCIMENTO, Francisco Arrais. **MEMÓRIA DA MILITÂNCIA: a contribuição da Organização do Conhecimento para a reconstrução da memória do movimento LGBT da região do Cariri cearense.** Tese de doutorado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Tibério Lime. **Travestis e o direito a cidade: sujeitos transgressores em uma sociedade perversa.** Monografia (graduação em serviço social)- Universidade federal do Rio grande do Norte. Natal-RN, 2013.

PEDROSA, José Ivo. **Transvestites's experiences in access to SUS.**27 (04) Oct-Dec 2017. Disponível em: <https://scielosp.org/article/physis/2017.v27n4/1023-1038/pt/> Acesso em: 03\11\2018.

PINO, Nádio Peres. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos.** Cadernos Pagu, v. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007.

RICHARDSON, R, J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo, Atlas, 2014.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

SOARES, Alexandre Soares. **A construção de identidade sexual: travesti, a invenção do feminino.** EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.2, p. 5-14, mai.2012.

TONELI, Maria Juracy . **VULNERABILIDADES MAPEADAS, VIOLÊNCIAS LOCALIZADAS: experiencias de pessoas travestis e transexuais no brasil.**

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/290509885\\_Vulnerabilidades\\_mapeadas\\_Violencias\\_local](https://www.researchgate.net/publication/290509885_Vulnerabilidades_mapeadas_Violencias_local) Acesso em: 17/11/2018

Travesti Muriel. [http://murieltotal.zip.net/arch2011-01-30\\_2011-02-05.html](http://murieltotal.zip.net/arch2011-01-30_2011-02-05.html) Acesso em 14 de novembro de 2014.

Travestilidade, Transexualidade: revisão da literatura recente das Ciências Sociais  
[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16664/16664\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16664/16664_4.PDF) Probknus dc gênero: feminismo e subversio <L> identidade

VIANNA, A .LACERDA, R.B. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual.** Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/doccompleto.pdf> Acesso em: 25/09/2018.

Weeks, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: **O CORPO EDUCADO: pedagogias da sexualidade.** Org: LOURO G,L. Traduções: Tomaz Tadeu da Silva.2ª Edição Autêntica ..Belo Horizonte 2000.

## ANEXOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIDO

Esta pesquisa traz uma temática sobre a violência de gênero contra ttavestis em situação de prostituição: “NO BECO O SUSTENTO, NO CORPO A DOR, NA ALMA OS CORTES DO OFÍCIO”: singularidades a respeito da violência contra travestis em situação de prostituição na cidade de Juazeiro do Norte-CE. A pesquisa traz como objetivo geral estudar a situação de marginalidade das travestis em situação de prostituição que sofrem violência na cidade de Juazeiro do Norte, observando a singularidade de suas trajetórias histórico-sociais.

A participação na pesquisa deverá ser realizada de forma voluntária e caberá a senhora/senhora decidir se irá participar da pesquisa, respondendo as perguntas que será realizada durante a entrevista semiestruturada. A coleta de dados ocorrerá através de perguntas semiestruturadas, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

O acadêmico estará a disposição para responder a qualquer duvida, prestando total esclarecimento que for necessário sobre o processo da pesquisa, bem como seu professor orientador.

Diante disso, eu:

\_\_\_\_\_declaro  
estar devidamente esclarecido sobre a pesquisa a ser realizada e do meu consentimento para participar da mesma, autorizando o uso dos dados na publicação dos resultados obtidos. Juazeiro do Norte- Ce, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2018.

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_

Maria Edilania Santos do Nascimento (Acadêmico responsável pela pesquisa)